

CEDI

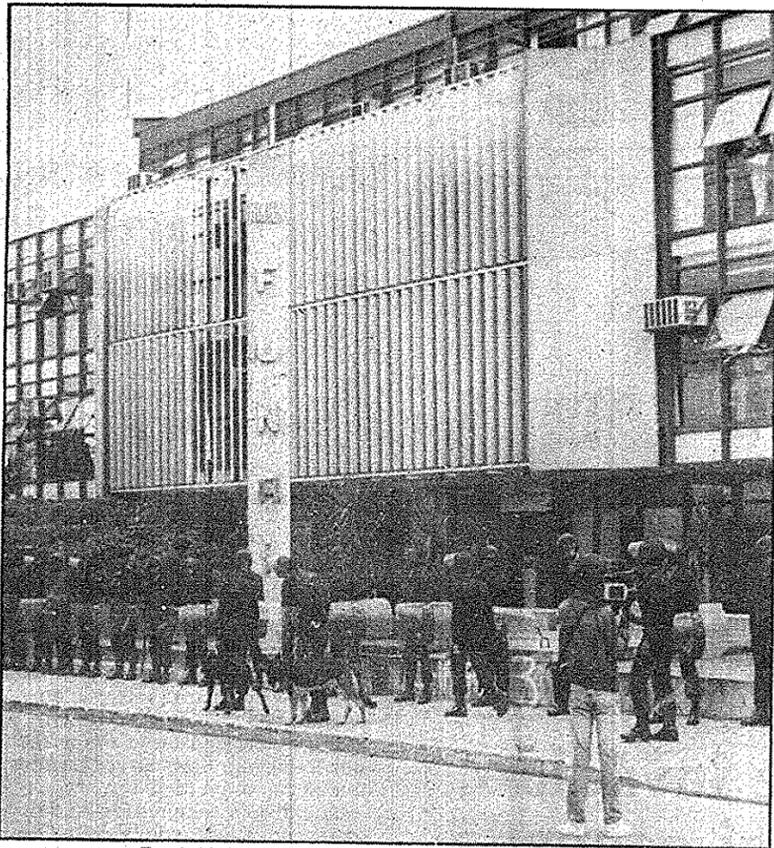
Povos Indígenas no Brasil

Fonte POBANTIM

Class.: PINR0846

Data ABR/85

Pg.: _____



Funai sitiada, cena que se apaga com a nova fase do órgão

Intensificam-se articulações para mudar a Funai

O 21º aniversário do golpe militar — 31 de março — passou sem choro nem vela. O País esperava o restabelecimento do presidente Tancredo Neves e as diversas correntes políticas que compuseram a "Aliança Democrática" para elegê-lo continuavam se articulando de Norte a Sul. Os cargos em disputa eram agora os do segundo e terceiro escalões. Entre eles, a Presidência da Funai. Da interminável lista de nomes aventados, restavam alguns no páreo.

O ex-deputado Modesto da Silveira (ver quadro abaixo) era um dos nomes que passaram no funil. Sua indicação havia recebido o apoio de diversas correntes do indigenismo brasileiro. Se escolhido, seria um nome de transição até a eleição da Assembleia Constituinte, em 1986. Como advogado, e já conhecedor da causa indígena, alguns enxergavam nele o nome ideal para enfrentar o lobby, a se formar durante a elaboração da nova Carta constitucional, que tentará acabar com o artigo 198, da Constituição, única garantia para os índios neste País comandado por decretos.

O segundo que passara no funil era o antropólogo Olímpio Serra, ex-diretor do Parque do Xingu, também recebera apoio de diversas correntes, mas o pedido do Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, para que permanecesse na direção da Fundação Pró-Memória acabaria por afastá-lo do páreo da Funai.

Nestes dias de articulação, vale tudo. O "presidenciável" Walter Neves Coutinho, um biônico da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), apadrinhado pelo senador paraibano Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, quer reviver a política do coronel Paulo Moreira Leal na Funai. Como credencial, apresentou um documento pomposamente intitulado: "Novos rumos da Funai", como proposta para sua futura gestão, abortada por preguiça mental: o incompetente Coutinho foi flagrado em plágio, copiando, quase na íntegra, um documento que Leal elaborou em 1982, em co-autoria com outro coronel, Ivan Zanon Hausen, o famigerado autor dos nazistas critérios sanguíneos de indianidade.

Outro candidato bastante forte era o contador Gerson Alves da Silva, até ultimamente, superintendente da Funai. Apoiado por Juruna, manteve a seu redor um séquito de cerca de 300 Xavante, que vieram a Brasília apoiar sua candidatura.

Além desses Xavante, havia centenas de outros índios no Distrito Federal, em meados de março. Todos querendo influenciar no processo sucessório. O preço dessa influência era de mais de Cr\$ 20 milhões pagos diariamente pelo erário público aos hotéis onde os índios eram alojados. Nos últimos dias do mês começou o regresso às aldeias, provocado por um recado do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que alertou aos "presidenciáveis" que os gastos de hospedagem passariam a ser pagos pelos anfitriões... Mas a doença do presidente Tancredo persiste e Sarney não tem respaldo para escolher os nomes que quer para o segundo escalão. A decisão será colegiada, ao que tudo indica, e o lobby não pára um minuto na capital federal.

Nesso interim, o presidente do Partido da Frente Liberal, senador catarinense Jorge Bornhausen, também quer indicar o nome de sua preferência. Novo candidato entra no páreo: é o advogado Alvaro Moisés Reinaldo, da pró-reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Mas sua candidatura não se sustenta e ele passa a articular, com os prováveis vencedores da disputa, a procuradoria jurídica da Funai.

Outro que, ao final já desistira da candidatura, lançada em novembro pp, era o delegado, isto é, o presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues. Até meados de março, sua candidatura era forte e tinha apoio de algumas lideranças indígenas, graças a benesses para aldeias ou pessoais. Mas é jogado para escanteio pelo Ministro do Interior que vetara seu nome na segunda quinzena de março. Dia 28, em reunião com Costa Couto, Marabuto coloca o cargo à disposição e passa a aguardar seu substituto. Marcos Terena, chefe de gabinete de Marabuto, também tivera seu nome cogitado para assumir a vaga, mas, com o convite, feito pelo Ministro da Cultura, José Aparecido, para assessorá-lo na questão indígena, seu nome sai da lista.

REFORMULAÇÃO

Não era só a nomeação do presidente do órgão tutor que preocupava índios e indigenistas em março. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Comissão Pró-Índio-SP (CPI) e outras entidades entregaram, dia 13 de março, a Tancredo Neves um documento intitulado "Princípios Gerais para uma Nova Política Indigenista". Nesse documento, as entidades propõem que a Funai seja extinta e que se crie uma agência de indigenismo diretamente ligada à Presidência da República. No dia seguinte, alta fonte do governo informa que essa proposta não será aceita.

Diante da demora de uma definição para a Funai, dia 28 de março, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) propõe que o processo de mudança seja agilizado a partir de algumas medidas urgentes. Nova direção para a Funai e "afastamento do risco de continuísmo comprometedor" é o primeiro passo, segundo o documento endossado também pela CNBB. "Condições à nova direção para efetuar mudanças mais imediatas e necessárias" é outra exigência. No documento, o Cimi e CNBB pedem "estabelecimento de articulação ágil, constante e homogênea com os demais órgãos da administração, objetivando a rapidez e eficiência na solução dos problemas que afetam os povos indígenas".

"O governo deve consultar as comunidades indígenas todos os setores envolvidos na questão, visando a redefinir as relações entre o Estado e os povos indígenas e estabelecer linhas de uma nova estrutura para o órgão executor da política indigenista oficial", prossegue o documento. "Remover imediatamente os obstáculos de natureza legal que impedem a consecução dessa nova política, como os decretos 88.118 e 88.895" é outra exigência do Cimi ao novo governo. A entidade, ligada à CNBB, entende que "somente assim se evitarão prejuízos iminentes para os povos indígenas, e o governo iniciará o resgate da pesada dívida para com os índios".

Ex-deputado é cotado para a Presidência

Por causa da hospitalização do presidente Tancredo Neves, poucos cargos do segundo escalão do Governo estavam preenchidos, até o final do mês de março. Tudo indicava que, a partir de 2 de abril, seria logo anunciado o nome do novo presidente da Funai. O ex-deputado federal Modesto da Silveira (PMDB-RJ) era um dos nomes mais cotados. Sua candidatura era defendida por diferentes correntes do indigenismo brasileiro, e gozava do aval de políticos como o ministro da Justiça, Fernando Lyra; do deputado Ronan Tito, secretário no governo mineiro de Tancredo; e do ministro da Cultura, José Aparecido, ainda que indiretamente demonstrado.

O advogado e ex-deputado Modesto da Silveira, eleito em 1978 pelo então MDB no Rio de Janeiro, teve atuação destacada no Congresso até o final de 1982, quando não conseguiu a reeleição, devido ao

afundamento do PMDB sob o maremoto brizolista. Em Brasília, Modesto empenhou-se especialmente na defesa dos índios, dos negros, das mulheres, da ecologia e dos direitos humanos. Mas ele já era bastante conhecido desde 1964, quando começou a enfrentar as pressões da ditadura militar, defendendo presos políticos. Participou ativamente da campanha pela anistia e de diversas outras campanhas, em defesa da Amazônia.

Quando parlamentar, fez enérgicos discursos em defesa dos povos indígenas agredidos. Mas não se limitava a falar. Era presidente da Subcomissão do Índio, existente então, subordinada à Comissão do Interior, na Câmara dos Deputados. Fiscalizava atentamente os atos dos órgãos públicos antiíndios. Afirmou, em discurso, que a Funai, "enquanto agência especializada, é tão extinta e inexistente quanto o SPI".



Modesto da Silveira: atuação destacada no Congresso em favor dos índios